

15. Processo tributário judicial. Dívida ativa. Execução fiscal. Mandado de segurança. Ação declaratória e anulatória e consignação em pagamento. Privilégios. Contencioso fiscal.
16. Processo Tributário Administrativo. Natureza. Conselho de Contribuintes.
17. Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Imposto Sobre Produtos Industrializados. O princípio da não-cumulatividade.
18. Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de direitos a eles relativos.
19. Imposto Predial e Territorial Urbano.
20. Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza.
21. Contribuição de Melhoria. Contribuições sociais e econômicas.
22. Tarifa. Preço público.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

5.º CONCURSO PARA PROCURADOR DO ESTADO
DE 3.ª CATEGORIA — 1986

PROVA INICIAL

Rio, 17-08-1986

SEÇÃO 1 — DIREITO ADMINISTRATIVO

1.ª QUESTÃO — (40 pontos)

Condenação ou absolvição criminal podem acarretar efeitos sobre a condição de funcionário?

Justificar a resposta.

2.ª QUESTÃO — (30 pontos)

Após a entrega das respectivas propostas,

- a) o licitante **A** requereu, antes da realização da sessão de abertura dos envelopes, a retirada da sua proposta;
- b) o licitante **B** requereu, depois da realização da sessão de abertura dos envelopes, a retirada da sua proposta;
- c) o licitante **C** requereu, antes da realização da sessão de abertura dos envelopes, a modificação da sua proposta com apresentação de proposta complementar.

Como deve a Administração proceder em relação a cada uma das hipóteses?

Justificar a resposta.

3.ª QUESTÃO — (30 pontos)

Em área localizada no Município de Friburgo, definida como de interesse para proteção dos mananciais, empresa loteadora pretende promover um loteamento, solicitando a aprovação do projeto à Municipalidade. O Estado terá alguma ingerência na aprovação do projeto?

Justificar a resposta.

SEÇÃO 2 — DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1.ª QUESTÃO — (60 pontos)

Alegando falsamente ser maior, A, menor púbere, sem a assistência de seu representante legal, ingressa em juízo, na qualidade de acionista da Cia. B, propondo ação de responsabilidade civil do administrador, pelos prejuízos que este teria causado ao patrimônio social, com a celebração de um determinado contrato. Antes de citado o réu, C ingressa no pólo ativo, como litisconsorte.

D, que celebrara com o réu o contrato, depois de saneado o processo quer nele ingressar, em auxílio do administrador. A ação é julgada improcedente em 1.º grau. Apenas A recorre, e é dado integral provimento a seu recurso.

Na execução do título judicial, o devedor apresenta embargos, invocando a nulidade da sentença, por violação do art. 8.º do CPC. Os embargos são rejeitados, por sentença trânsita em julgado.

Um ano depois, o réu ajuíza ação rescisória contra essa sentença, fundado no item V do art. 485 do CPC.

Examine a hipótese, esclarecendo especificamente:

- a) que tipo de litisconsórcio se estabeleceu entre A e C?
- b) que tipo de assistente D pretende ser?
- c) que possibilidade de sucesso teria a ação rescisória?

2.ª QUESTÃO — (40 pontos)

A procura o advogado B e o incumbe da propositura de uma ação, sob o procedimento ordinário, contra o ESTADO, entregando-lhe a procuração, os documentos e antecipando-lhe o dinheiro para as custas. Depois de proferido despacho, irrecorrido, em que se declarou que as partes tinham *legitimatío ad causam* e *ad processum*, a final é julgado procedente o pedido. O procurador, incumbido da apelação, obtém atestado de óbito de A, falecido dez dias antes do ajuizamento da ação e verifica que a prescrição da pretensão deduzida ocorreu cinco dias antes da demanda. O que poderá alegar no recurso?

Justifique as respostas, indicando os dispositivos legais pertinentes.

SEÇÃO 3 — DIREITO CONSTITUCIONAL

1.ª QUESTÃO — (40 pontos)

Na hipótese de conflito insuperável entre uma lei federal e uma lei estadual, qual das duas deve prevalecer? Justifique a resposta em face dos princípios constitucionais que regem a partilha da competência legislativa na Federação.

2.ª QUESTÃO — (30 pontos)

Em artigo que dizia "Não será permitido ..." o Governador do Estado vetou, no projeto de lei que lhe foi submetido após aprovação pela Assembléia Legislativa, a palavra "Não". Na Assembléia Legislativa, deputado estadual revoltado com esse procedimento, querendo evitar que assim outra vez ocorresse, apresentou, com o apoio de outros parlamentares em número suficiente a essa iniciativa, proposta de emenda à Constituição Estadual determinando que o veto parcial somente poderia abranger, por inteiro, artigo, parágrafo, inciso, item, número e alínea.

Pergunta-se:

- a) o veto do Governador é admissível em face da previsão constitucional vigente?
- b) A emenda proposta à Carta Estadual é constitucional?

Justifique as respostas.

3.ª QUESTÃO — (30 pontos)

Considere a hipótese da criação de 20 cargos públicos de Técnico de Tributação mediante decreto-lei.

Pergunta-se:

- a) é possível a declaração judicial da inconstitucionalidade do decreto-lei sob o fundamento da inocorrência dos pressupostos da urgência e do interesse público relevante?
- b) Rejeitado o decreto-lei pelo Congresso Nacional, os funcionários que hajam sido nomeados para os cargos por ele criados perdem o cargo?

- c) Em caso de resposta afirmativa à indicação anterior, devem os funcionários restituir os vencimentos recebidos?

Justifique as respostas.

SEÇÃO 4 — DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1.ª QUESTÃO — (50 pontos)

PAULO, proprietário de um computador para fins industriais e de 30 programas específicos, montados especialmente para determinada atividade, bens estes adquiridos, recentemente, por Cz\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzados), entregou-os à guarda de PEDRO e de ROBERTO pelo período de 1.º a 10 de maio, durante o qual estaria ausente da cidade.

A entrega foi formalizada através documento escrito, assinado pelos três participantes desse ato, no qual ficou estipulado que, no termo final do prazo, PAULO teria o direito de exigir e de receber, de PEDRO ou de ROBERTO, a totalidade dos objetos deixados sob os cuidados de ambos.

Ainda no dia 1.º de maio, PAULO celebrou um contrato de locação desses bens com ANTÔNIO, mediante o aluguel de Cz\$ 30.000,00 (trinta mil cruzados), recebidos, por antecipação, no ato da assinatura do contrato, constando desse instrumento a obrigação, assumida pelo locador, de entregar os referidos bens ao locatário no dia 16 do mesmo mês.

Em 10 de maio, ROBERTO, já embriagado, e sem o conhecimento de PEDRO, foi pernoitar no local onde se encontravam os objetos em apreço, e lá, continuando a beber, provocou um incêndio que destruiu, por inteiro, o computador e os 30 programas.

Retornando de viagem, no dia 16, PAULO, de imediato, restituiu a ANTÔNIO o valor do aluguel que lhe fora antecipadamente pago, tendo em vista a impossibilidade de execução, por perecimento de seu objeto, da locação ajustada.

Diante deste quadro, responda fundamentadamente, indicando os dispositivos legais pertinentes:

- que direitos tem PAULO em face de PEDRO e de ROBERTO?

2.ª QUESTÃO — (50 pontos)

CAIO vendeu a TÍCIO um quadro pelo preço de Cz\$ 100.000,00 (cem mil cruzados) não tendo ocorrido a tradição. CAIO, a seguir, vende o bem a PAULO pelo preço de Cz\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzados), sendo o quadro recebido pelo comprador. TÍCIO pretende reivindicar o bem de PAULO. Cabe-lhe razão?

- Fundamentar a resposta, indicando os dispositivos legais pertinentes.

SEÇÃO 5 — DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO:

Considerando indevido o ICM sobre operações praticadas em maio de 1981, Supermercados Alfa Ltda. deixou de recolhê-lo aos cofres estaduais. Durante inspeção realizada em julho de 1986, agente da Administração Tributária, por considerar devido o imposto na hipótese, lavrou Auto de Infração (A. I.) para exigir seu pagamento. Impugnando a autuação, o contribuinte alegou:

- a) o descabimento da ação fiscal, tendo em vista o tempo decorrido entre a data do A. I. e a data em que praticadas as operações por ele atingidas; (25 pontos).
- b) que em 1983 fora introduzida alteração na legislação, isentando do ICM operações do gênero daquelas alcançadas pelo A. I.; (25 pontos).
- c) que a multa estipulada no A. I. decorria de norma vigente na data de ocorrência do fato gerador, quando o certo teria sido aplicar a penalidade prevista em lei vigorante no momento da autuação, por ser esta inferior à primeira; (25 pontos).
- d) ser titular de crédito contra o Estado, reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, resultante de pagamento de tributos indevidos, que deveria ser compensado com o débito apurado no A. I., caso procedente este; (25 pontos).

INDICANDO OS DISPOSITIVOS LEGAIS PERTINENTES, EXPRESSE SUCINTAMENTE SUA OPINIÃO SOBRE A PROCEDÊNCIA DAS ALEGAÇÕES DO CONTRIBUINTE.

1.ª PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

DIREITO ADMINISTRATIVO

29 — Novembro — 1986

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

- CADA QUESTÃO DEVERÁ SER RESPONDIDA NAS FOLHAS PAUTADAS PRÓPRIAS. NÃO SERÃO FORNECIDAS FOLHAS SUPLEMENTARES.
- TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER JUSTIFICADAS, MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, OS DISPOSITIVOS LEGAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS PERTINENTES.

QUESTÕES (5)

1.ª QUESTÃO — (Valor: 20 pontos)

Responde o Estado, civilmente, por atos praticados por membros do Poder Judiciário?

2.ª QUESTÃO — (Valor: 20 pontos)

O Estado deseja realizar um empréstimo externo. Ouvido, o Presidente da República manifestou-se contrário à operação.

Pergunta-se:

- a) pode o Senado autorizar o empréstimo?
- b) que medidas poderá tomar o Presidente da República se o Estado contratar o empréstimo?

3.ª QUESTÃO — (Valor: 20 pontos)

Em tema de pensões previdenciárias em favor de dependentes de funcionários estaduais, divergem quanto à execução de disposições legais pertinentes à hipótese o Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro — IPERJ e a Secretaria de Estado de Administração. Submetido o contencioso interadministrativo à autoridade governamental, esta consulta a Procuradoria Geral do Estado sobre o mérito da controvérsia, mas indagando, objetivamente:

- a) se pode, acolhendo o opinamento que venha a ser emitido, dirimir a controvérsia segundo o convencimento que, com base nele, vier a formar;

- b) se, ao contrário, terá de ter como única solução possível seja a controvérsia dirimida pelo Poder Judiciário.

4.ª QUESTÃO — (Valor: 20 pontos)

Apreciando, para fins de registro, a fixação de proventos da aposentadoria de um funcionário, a Corte de Contas houve por bem baixar em diligência o processo que lhe havia sido submetido, para que a Administração, revendo decisão denegatória de inclusão, nos referidos proventos, de vantagem que julgara indevida, promova a aludida inclusão.

Teria sido legítima essa deliberação do órgão auxiliar do Legislativo no controle externo da despesa pública?

5.ª QUESTÃO — (Valor: 20 pontos)

Contratado em 1.º de janeiro de 1967, um empregado do Estado, em 1.º de janeiro de 1980, manifesta desejo de optar pelo regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, com efeito retroativo à data de sua contratação.

Pergunta-se, ante a hipótese acima:

- 1) quais os requisitos essenciais para que a opção retroativa produza os efeitos desejados?
- 2) Pode a opção retroagir à data da contratação do empregado?
- 3) Pode o Estado, no ano de 1986, despedir o empregado, sem que haja motivo justo para tanto?
- 4) Em caso de resposta afirmativa ao item anterior, qual a consequência que tal dispensa pode gerar para o Estado?

2.ª PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

06 — Dezembro — 1986

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

- CADA QUESTÃO DEVERÁ SER RESPONDIDA NAS FOLHAS PAUTADAS PRÓPRIAS. NÃO SERÃO FORNECIDAS FOLHAS SUPLEMENTARES.
- TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER JUSTIFICADAS, MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, OS DISPOSITIVOS LEGAIS PERTINENTES.

QUESTÕES (5)

1.ª QUESTÃO — (Valor: 20 pontos)

DISSERTAÇÃO:

Interesse de agir: aspectos gerais — momento de aferição.

2.ª QUESTÃO — (Valor: 20 pontos)

Contra ato de um Secretário de Estado, que lhe indeferiu determinada pretensão, Caio impetrou mandado de segurança, julgado por acórdão que assim concluiu:

“... acordam, unanimemente, denegar a segurança, já que o ato impugnado se praticou cinco meses antes da impetração, sendo manifesta a decadência”.

Transitado em julgado o acórdão, o impetrante ajuizou ação ordinária contra o Estado e contra o mesmo Secretário. Ambos os réus contestaram, o segundo, alegando, antes de discutir o mérito:

- a) inépcia da inicial, pela evidente ilegitimidade passiva;
- b) coisa julgada, porque, como preceitua o art. 269, IV, do CPC, é de mérito a sentença que pronuncia a decadência e
- c) carência de ação.

Procedem as alegações?

3.ª QUESTÃO (Valor: 20 pontos)

Interposto o recurso extraordinário e denegado o seu seguimento, foi oferecido o agravo de instrumento, considerado este, entretanto, intempestivo.

Em tais condições, qual o termo *a quo* do prazo para o ajuizamento da ação rescisória, considerando-se que a intempestividade do agravo de instrumento foi definitivamente proclamada em agravo regimental, tirado contra decisão monocrática do ministro relator do agravo de instrumento?

4.ª QUESTÃO (Valor: 20 pontos)

Numa ação de procedimento sumaríssimo, devidamente citado, o Estado do Rio de Janeiro não oferece contestação e nem comparece à Audiência. O juiz decreta a revelia e, com base nela, julga procedente o pedido.

1. Comente a decretação da revelia.

2. Que prazo mínimo deve existir entre a citação e a data da audiência?

5.ª QUESTÃO (Valor: 20 pontos)

A, domiciliado na cidade de Campinas — SP, propôs contra B & Cia., que tem sede em Petrópolis, uma ação visando à reparação de danos causados em seu automóvel, abalroado por um caminhão dessa empresa, em acidente que aconteceu em Juiz de Fora — MG.

A ré, ao defender-se, alegou que o acidente ocorrera porque um veículo do Ministério da Agricultura colidira primeiramente com seu caminhão, pelo que requereu a denunciação da lide à União Federal, o que foi deferido pelo juiz.

O pedido é julgado improcedente em primeiro e segundo grau.

A recorre extraordinariamente e o STF não conheceu do recurso, por entender que tinha sido dada razoável interpretação à Lei Federal.

A, um ano depois, ajuíza ação rescisória.

O que poderia ter ocorrido, em termos de competência, em primeiro e segundo grau e na ação rescisória?

3.ª PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

DIREITO CONSTITUCIONAL

13 — Dezembro — 1986.

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

— CADA QUESTÃO DEVERÁ SER RESPONDIDA NAS FOLHAS PAUTADAS PRÓPRIAS. NÃO SERÃO FORNECIDAS FOLHAS SUPLEMENTARES.

— TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER JUSTIFICADAS, COM INDICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E DISPOSITIVOS QUE AS FUNDAMENTEM.

QUESTÕES (5)

1.ª QUESTÃO — (Valor: 20 pontos)

Lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República estabelece que os Reitores de universidades oficiais devem ser nomeados pelo Chefe do Poder Executivo das pessoas jurídicas de direito público a que tais universidades pertencam, com base em listas *sêxtuplas* de candidatos ao cargo, que lhe sejam submetidas pelos Conselhos Universitários.

Posteriormente, lei aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado X, e sancionada pelo seu Governador, dispõe que o Reitor da

universidade oficial respectiva deve ser nomeado pelo Chefe do Executivo local, com base em lista *tríplice* de candidatos ao cargo, que lhe seja submetida pelo Conselho Universitário.

O Procurador-Geral da República Ingressa, no Supremo Tribunal Federal, com ação direta de inconstitucionalidade da lei estadual, invocando o artigo 8.º XVII, "q", da Constituição Federal.

Nas informações prestadas ao Supremo Tribunal, o Governador do Estado X defende a constitucionalidade da lei que sancionara, com fundamento no artigo 177, *caput*, também da Constituição da República, alegando a inconstitucionalidade da lei federal.

— Manifeste seu entendimento quanto à constitucionalidade de ambas as leis e seu âmbito de aplicação.

2.ª QUESTÃO — (Valor: 20 pontos)

Pode uma autoridade do Poder Executivo recusar cumprimento a uma lei ordinária, por entendê-la inconstitucional, independentemente de qualquer declaração judicial acerca da inconstitucionalidade do ato legislativo?

3.ª QUESTÃO — (Valor: 20 pontos)

A previsão do art. 81, VIII, segunda parte, da Carta Federal, restringe ao Chefe do Poder Executivo a competência para a extinção de cargos públicos federais, de qualquer dos Poderes, inibindo que tal providência seja objeto de lei?

4.ª QUESTÃO — (Valor: 20 pontos)

A Lei Complementar n.º 42, de 1.º-2-82, que alterou a Lei Complementar n.º 5, de 29-4-70, reguladora dos casos de inelegibilidade, em consonância com o disposto no art. 151 da Constituição Federal, veio também acrescentar dispositivo à Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei n.º 5.682, de 21-7-71), determinando que a incorporação ou a fusão de partidos só poderia ser realizada até um ano antes das eleições.

Pergunta-se:

- 1) As leis complementares só podem ser editadas nas hipóteses expressamente previstas na Constituição, ou podem disciplinar também matéria própria de lei ordinária?
- 2) Existe superioridade hierárquica da lei complementar em relação à lei ordinária?

- 3) No caso concreto da questão em foco, o dispositivo introduzido por lei complementar na Lei Orgânica dos Partidos Políticos poderá vir a ser revogado por lei ordinária?

5.ª QUESTÃO — (Valor: 20 pontos)

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado X prevê a aprovação de leis mediante o chamado "voto de liderança", isto é, a manifestação dos líderes dos partidos políticos valendo como manifestação de voto de todos os integrantes das respectivas bancadas.

Pergunta-se:

- a) É constitucional essa disposição?
- b) Está a matéria sujeita ao controle do Poder Judiciário ou constitui questão *interna corporis*?

4.ª PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

20 — Dezembro — 1986.

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

- CADA QUESTÃO DEVERÁ SER RESPONDIDA NAS FOLHAS PAUTADAS PRÓPRIAS. NÃO SERÃO FORNECIDAS FOLHAS SUPLEMENTARES.
- TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER JUSTIFICADAS, COM INDICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E DISPOSITIVOS QUE AS FUNDAMENTEM.

QUESTÕES (5)

1.ª QUESTÃO — (Valor: 20 pontos)

JOÃO, casado com MARIA, pelo regime da comunhão universal, recebe um apartamento em legado, constando, do respectivo testamento, que, passados cinco anos, deverá ele transmitir esse bem a JOSÉ.

Antes de escoado esse prazo JOSÉ renuncia ao seu direito.

Posteriormente, JOÃO vem a falecer, deixando um filho maior, e, como bens, o referido apartamento, no qual residia com sua mulher; duas lojas em edifício comercial, e um terreno.

No inventário de JOÃO, todos os bens permaneceram no estado de indivisão.

Continuando MARIA, entretanto, a morar no aludido apartamento, o seu filho, na qualidade de condômino, dela pretende cobrar uma importância mensal, a título de remuneração pela ocupação da parte que, idealmente, lhe pertence.

Pergunta-se: assiste esse direito ao filho?

2.^a QUESTÃO — (Valor: 20 pontos)

Um casal matrimoniou-se, elegendo, através de pacto antenupcial válido, o regime da separação de bens, com base, tão-só, no artigo 276 do Código Civil.

Agora, no processo de sua separação judicial, pleiteia a mulher a meação dos bens adquiridos na constância do casamento.

— Tem ela razão?

— E se a separação de bens não fosse a convencional, mas a legal, sua resposta seria a mesma?

3.^a QUESTÃO — (Valor: 20 pontos)

O pagamento realizado através de cheque é *pro soluto* ou *pro solvendo*?

4.^a QUESTÃO — (Valor: 20 pontos)

CAIO, viúvo, doou, com cláusula de reversão, a seu filho natural, TÍCIO, 5.000 (cinco mil) ações nominativas do Banco do Brasil.

Vêm eles a falecer em um desastre de avião, que explodiu em plena voo, sem sobrevivida de passageiros e tripulantes

Morreram sem testamento, deixando como parentes apenas PAULO e JÚLIA, respectivamente, irmão de CAIO e mãe de TÍCIO.

PAULO e JÚLIA atribuem-se a condição de herdeiros das ditas ações. A quem cabe razão?

5.^a QUESTÃO — (Valor: 20 pontos)

CAIO, representado por TÍCIO, através de instrumento particular, vendeu a PAULO uma gleba no valor de Cz\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzados). Falecendo CAIO, seus herdeiros pedem a nulidade da venda, arguindo que a representação era nula, por isso que, em se tratando de venda de imóvel superior à taxa legal, fora do sistema financeiro de habitação, o vendedor só poderia fazer-se representar através de mandato por instrumento público.

Procede a pretensão?

5.^a PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

DIREITO TRIBUTÁRIO

27 — Dezembro — 1986

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

- CADA QUESTÃO DEVERÁ SER RESPONDIDA NAS FOLHAS PAUTADAS PRÓPRIAS. NÃO SERÃO FORNECIDAS FOLHAS SUPLEMENTARES.
- TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER JUSTIFICADAS, COM INDICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E DISPOSITIVOS QUE AS FUNDAMENTEM.

— QUESTÕES (5) —

1.^a QUESTÃO — 20 (vinte) pontos

SEVERINO DA SILVA, posseiro de terreno urbano, localizado em Município deste Estado, saiu-se vencedor em ação de usucapião que ajuizara, com o objetivo de obter que lhe fosse declarado o domínio de tal imóvel.

2. Após o trânsito em julgado dessa decisão favorável, o autor iniciou a execução, apresentando mandado judicial ao competente Ofício de Registro de Imóveis, para registro da sentença.

3. Todavia, o Oficial recusou-se a efetuar o registro sob alegação de que deveria ser previamente efetuado o pagamento do imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

4. Inconformando-se com a exigência, o interessado impetrou mandado de segurança contra o ato do Oficial.

PERGUNTA-SE: Que razões poderiam invocar (a) o impetrante para eximir-se do pagamento do ITBI e (b) o Oficial do Registro de Imóveis para justificar a exigência de pagamento do mesmo tributo?

2.^a QUESTÃO — 20 (vinte) pontos

A Lei Complementar n.º 44, de 7 de dezembro de 1983, deu nova redação a alguns dispositivos do Decreto-Lei n.º 406/68 e instituiu o regime chamado "substituição tributária para a frente".

2. Implantado o sistema neste Estado, determinada contribuinte, industrial, impetrou mandado de segurança, sob fundamento de que a Lei Complementar n.º 44/83 contraria o art. 128 do Código Tributário Nacional, porquanto o contribuinte substituto, no caso,

não tem qualquer vinculação com o fato gerador correspondente à operação realizada pelo varejista, revendedor do produto fabricado pelo contribuinte impetrante da segurança.

3. Além disso, estaria sendo exigido imposto (aquele devido pelo varejista) antes da ocorrência do seu fato gerador.

Queira descrever, objetivamente, quais poderiam ser as razões a constar das informações da autoridade impetrada.

3.^a QUESTÃO — 20 (vinte) pontos

A sociedade DOCE LAR INDÚSTRIA DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA. vendia seus produtos sob a modalidade CIF, de modo que incluía, na base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), o valor do frete da entrega dos bens vendidos.

2. A fim de diminuir seus custos, aquela indústria passou a comercializar sua produção sob a modalidade FOB — portão da fábrica. Ao mesmo tempo, os quotistas da DOCE LAR LTDA. constituíram outra Empresa, que se especializou em efetuar, para os clientes da primeira, o transporte das mercadorias por esta vendidas.

3. Com essa mudança operacional, a DOCE LAR LTDA. deixou de incluir o valor do frete na base de cálculo do ICM devido em suas vendas, enquanto a empresa de transportes, coligada da DOCE LAR LTDA., passava a pagar o Imposto Sobre Serviços (ISS), relativo ao transporte das mercadorias vendidas pela DOCE LAR LTDA.

4. Ante essa hipótese, queira responder:

- a) pode-se falar em caracterização de fraude fiscal?
- b) poderia o Estado lançar mão da interpretação econômica da norma tributária, para exigir a inclusão do valor do frete auferido por terceiro na base de cálculo do ICM devido pela DOCE LAR LTDA.?

4.^a QUESTÃO — 20 (vinte) pontos

Em janeiro de 1976, agente da Administração Tributária lavrou Auto de Infração contra a PADARIA POPULAR LTDA., ao verificar que o contribuinte deixara de recolher o ICM devido, no período de 1974 a 1975.

2. A autuada tempestivamente ofereceu impugnação, na esfera administrativa.

3. Encaminhado o processo à Junta de Revisão Fiscal, o auditor julgou procedente a ação fiscal.

4. Todavia, o contribuinte não foi cientificado dessa decisão da Junta.

5. Em fevereiro de 1982, voltando o processo a ter andamento, deu-se ciência da referida decisão ao contribuinte interessado, de acordo com o que determina o art. 117 do Decreto n.º 2.473, de 6 de março de 1979.

6. No prazo legal, o sujeito passivo recorreu ao Conselho de Contribuintes, arguindo, preliminarmente, a ocorrência de prescrição intercorrente, quanto ao direito do Estado de cobrar o crédito tributário em causa.

Queira opinar sobre a procedência da alegação do contribuinte.

5.^a QUESTÃO — 20 (vinte) pontos

Em janeiro de 1984, certa Companhia impetrou mandado de segurança a fim de exonerar-se de exigência do ICM, relativo à entrada, em seu estabelecimento, de bem importado do Exterior, destinado a compor seu ativo fixo.

2. Arguiu a impetrante que, como a Emenda Constitucional n.º 23, de 1.º de dezembro de 1983, embora publicada em 5 desse mês, só entrara em vigor no dia 1.º de janeiro de 1984, a legislação estadual não poderia ser alterada, como foi, em dezembro de 1983, para instituir a incidência de ICM sobre a entrada de bens de capital importados, com validade também a partir de 1.º de janeiro de 1984, pois isto contrariaria o princípio da anterioridade.

PERGUNTA-SE: Que argumentos, no seu entender, deveriam ser utilizados na defesa da constitucionalidade da lei estadual?